

EDUCAÇÃO PARA ALÉM DOS ESTEREÓTIPOS

Juliana da Silva Cardoso¹
Cheyenne Fernandes Duarte²
Ana Maria da Silva Barbosa²
Silvana de Souza Magalhães²
Ir. Deise Maia da Silva²
Ir. Ana Marcelina de Carvalho²
Ir. Lucilene Barbosa Santana²
Ir. Kelly Santos do Nascimento²

Mais uma vez a emergência dos dias atuais nos convoca a refletir sobre a complexidade das relações humanas. O homem dotado da capacidade de pensar e construir é chamado a intervir na sociedade em tempos de negação de direitos e da redução da possibilidade dos outros de *serem mais*. Uns optam por lutar e buscar caminhos mais democráticos, já outros com corações mais endurecidos resistem a reconhecer o fato de que todos possuem os mesmos direitos. Educação de qualidade, saúde, segurança, acesso ao lazer são direitos que devem ser disponibilizadas a todos – radicalmente a todos!

Liberté, Egalité, Fraternité (Liberdade, Igualdade, Fraternidade) foram os lemas centrais dos movimentos que culminaram na Revolução Francesa de 1789. No entanto, os princípios basilares do estado moderno acima expostos não são coisas postas e dadas que se estabelecem no interior das práticas sociais diárias de uma hora para outra, são construídos e debatidos. Assim, a busca pela promoção a todos de uma justiça social parece ser algo desafiador, complexo e constituído cotidianamente.

O estado contemporâneo, alicerçado nos instrumentais de políticas públicas, busca muitas vezes promover condições para que grupos historicamente marginalizados possam ter acesso a um conjunto de serviços que proporcionem um melhor bem-estar a todos. Um governo ou uma sociedade com qualidade social é aquela que concentra esforços para diminuir o abismo que assola os grupos sociais, possibilitando a todos os desfavorecidos condições de poderem transitar socialmente. A busca pela definitiva consolidação de uma democracia social é uma emergência do estado contemporâneo, sobretudo o brasileiro.

Sabemos que historicamente a sociedade brasileira se constituiu por meio das lutas de classes e dos antagonismos, principalmente na esfera social e

¹ Professora do ISAT – Instituto Superior Anísio Teixeira.

² Alunos do ISAT – Instituto Superior Anísio Teixeira.

econômica. Desde o Brasil colônia, negros, índios e desfavorecidos foram de certa forma excluídos da vida social e política, privados de melhores condições de vida. Esses grupos estavam fadados ao engessamento em suas posições. A cultura antagônica ancorada na ideia de dominadores e dominados perpassa a história do Brasil, seja no império ou na república, desembocando nos dias atuais. Mas é preciso deixar claro que essa luta de classes de que tanto se fala não se originou a partir do capitalismo, ela sempre existiu, ou seja, faz parte da história humana a divisão das sociedades ou de grupos sociais.

Seja na Grécia Clássica, na Roma Imperial, ou nas sociedades europeias – modernas ou contemporâneas – ou mesmo nas americanas, perceber o outro como inferior, desprovido de direitos ou simplesmente sem alma – no caso, acreditava-se que o negro não possuía alma simplesmente por ser negro – fazia parte das falas de muitos. O célebre e cultuado filósofo ateniense Aristóteles em sua obra *Política* externa sua visão aristocrática das relações humanas, quando diz que uns nascem para comandar e outros para serem comandados. A estrutura social vigente, fruto em parte da divisão social do trabalho, é um produto histórico que ainda repercute na vida dos homens até os dias de hoje.

Contrária a essa visão aristotélica inatista, onde uns devem servir e se curvar aos dominadores, a democracia social busca dar condições para que todos se igualem de alguma maneira. Algumas políticas se concentram mais na égide do assistencialismo para reduzir esse abismo social. A “Política das Bolsas” tem ganhado força na sociedade brasileira na última década, mas isso não representa muita coisa quando se busca um desenvolvimento social e econômico sustentável, não promove a autonomia humana. De outro lado, a garantia de direitos sociais e fundamentais inalienáveis ao homem tem ganhado força em nosso país como, por exemplo, o direito a uma educação de qualidade.

Por falar em educação de qualidade, ela habita o inconsciente coletivo como capaz de contribuir para com a implementação de uma democracia social. No entanto, é pertinente frisar que historicamente a educação escolar esteve a serviço de uma ideologia que buscava a dominação e controle dos corpos e das consciências. Por bastante tempo o ensino esteve a serviço de uma lógica que servia mais à estratificação social e manutenção do *status quo* do que à promoção de um melhor bem-estar social para todos. A alienação era o elemento

fundamental da escola em detrimento da construção de espíritos livres. Assim, a possibilidade de vivenciar experiências significativas com o outro era tolhida e o estabelecimento de paradigmas, sobretudo dominantes, habitava o discurso educativo.

Pensar sobre experiências e paradigmas é pertinente para a continuação do raciocínio proposto. Experiência para alguns é um simples contato, um estar fisicamente. Para outros, experiência é algo que atravessa o Eu de alguém, impacta, toca no íntimo do ser, proporciona mudanças de visão e de posturas. Numa perspectiva mais ampla a experiência transcende o aspecto físico e se dá no campo das afetações. Já a questão dos paradigmas parece ser mais objetiva, é algo que se apresenta como um modelo ou padrão que muitas vezes é perpetuado e reproduzido como ideal. E a escola muitas vezes peca no sentido de não proporcionar experiências significativas e enriquecedoras, principalmente em relação ao outro, contribuindo assim para a consolidação do espírito de rebanho que não contesta os paradigmas postos como verdades absolutas. Por exemplo, contestar o padrão de beleza e o modelo estético ideal de homem ou de mulher parece ser um bom caminho para que a escola contribua para a constituição do Eu dialogando com o Outro.

A educação como direito humano de todos – radicalmente de todos! – é uma conquista histórica pautada nas lutas que permearam e ainda permeiam as relações sociais. Diversos foram os grupos marginalizados que durante séculos reivindicaram acesso e permanência na escola, ou seja, terem direito a uma educação de qualidade. No entanto, assim como a democracia social que não está posta e sim se constrói diariamente, a escola para esses grupos é uma conquista diária. A legislação, sobretudo a Constituição Federal, já resguarda o direito à educação a todos os brasileiros; entretanto, alguns ainda negligenciam os marcos legais e impõem suas vontades, suas visões de mundo como orientadoras as suas ações.

O plano educacional sempre foi e tende a ser um espaço de lutas ideológicas. Uns buscam manter suas posições e outros percebem a escola como um espaço de conquistas, de ascensão social. A escola muitas vezes reproduz a ideologia dominante e a sociedade de classes quando se posiciona contra o acesso de determinados grupos à escola. Essa ideologia dominante na grande maioria das vezes propaga um senso comum bastante nocivo de que a escola não foi feita para

todos e as pessoas já possuem posições já determinadas na sociedade. A escola, na figura de alguns, propaga esse senso comum, por exemplo, quando diz que negros e deficientes físicos não são bem-vindos. Infelizmente a visão aristotélica de mundo pautada na aristocracia social ainda se faz presente na escola brasileira.

Esses grupos marginalizados, como os negros e os deficientes, historicamente foram percebidos como aberrações, como se portassem alguma doença grave que fosse contagiosa. Não é assim, eles são tão humanos quanto os brancos e os “normais” e são dotados de direitos. No entanto, mesmo diversos marcos legais amparando esses grupos, muitos ainda resistem em garantir esses direitos. Por exemplo, a constituição, diversas resoluções, políticas nacionais deixam claro que as pessoas com deficiência têm direito a uma educação com qualidade na classe comum. A classe especial é coisa do passado, diz respeito a um momento de nossa história educacional que remonta às barbáries e à segregação da época do nazismo dos campos de concentração de Auschwitz.

Auschwitz foi o ápice da barbárie humana contra os outros. Os outros no contexto do nazismo eram meros objetos reduzidos ao nada, que necessitariam ser dizimados, descartados, incinerados para que a raça superior ariana emergisse numa Alemanha rumo ao progresso. Na visão do filósofo alemão Adorno, o sistema educacional de seu país não preparou aqueles que vivenciaram a ideologia nazista para o vivenciar com os outros. O sistema educacional alemão na visão dele não disponibilizou experiências significativas para uma formação que levasse em conta o próximo, o outro, as diferenças. A escola de hoje, a brasileira tem esse desafio de contribuir para a construção de níveis de consciência que contemplem as diferenças.

A escolarização para as diferenças é uma emergência em nosso país. Se de fato busca-se uma maior igualdade, mais liberdade e uma verdadeira fraternidade entre os homens, proporcionar experiências significativas no contexto escolar que levem em conta os outros possuidores de diferenças parece ser um bom caminho. Mas para tanto, superar o senso comum e as falas já “batidas” apresenta-se como um primeiro desafio para a consolidação de uma escola de qualidade social, para todos e todas. Por exemplo, muitos ainda se questionam se a escola estaria realmente preparada para “receber” as pessoas com deficiências, se os profissionais estão de fato formados para tal “desafio”. O senso comum muitas

vezes nada mais é que um mecanismo de defesa para a manutenção do *status quo*, do prosseguimento da histórica segregação educacional em nosso país.

O senso comum pedagógico é algo que dificulta mudanças mais substanciais. O senso comum é um comportamento que é levado à frente muitas vezes sem qualquer espécie de reflexão. Posturas, falas, atitudes no contexto educacional são reproduzidas como verdades absolutas e “jargões” acabam tomando conta dos corredores e reuniões de professores. Assim também é quando se fala no acesso de pessoas com deficiências na escola comum. Concentram-se mais na impossibilidade da escola em recebê-los, do que nas possibilidades que a própria escola possui para contribuir com o desenvolvimento bio-psíquico-social dos educandos.

A sociedade é composta por indivíduos. Ou seja, quando alguns falam na sociedade brasileira não se referem a algo abstrato, sem vida. A sociedade diz respeito a pessoas vivas que a compõem, a sustentam. Na perspectiva do sociólogo austríaco Georg Simmel, indivíduo e sociedade são interligados, articulados dialeticamente num todo vinculado. Se a sociedade está em crise pode-se dizer que os indivíduos estão em crise. Da mesma forma podemos pensar a escola. Ela é uma instituição que não existe por si só, ou seja, é composta por profissionais, pessoas, seres humanos. Quando alguns dizem que a escola não está preparada para “receber” pessoas com deficiência, também dizem que as pessoas, os professores não estão capacitados, são incapazes, incompetentes. Não podemos confundir inseguranças em face de uma nova situação com incapacidade técnica. Os deficientes colocam em “xeque” a capacidade da escola em ensinar, não que os deficientes sejam um desafio para os educadores, mas é que a escola com os alunos “normais” sempre acobertou um ensino deficitário através de uma aprovação muitas vezes não condizente com a realidade.

Quando se pensa numa escola para todos – radicalmente todos! – pensa-se em processos pedagógicos que deem conta da multiplicidade dos indivíduos que se fazem presentes nos espaços educativos. Quando se fala em materiais didáticos, por exemplo, em livros, se fala em conteúdos que abarquem a diversidade que se faz presente na realidade vivida. No caso específico dos livros didáticos, eles não são apenas materiais que comportam conteúdos, são instrumentos ideológicos que propagam ideologias, pensamentos, visões de mundo.

No entanto, não basta a simples presença de determinados conteúdos em livros didáticos, ou seja, se esses conteúdos não forem trabalhados ou problematizados pelo educador junto aos educandos, passarão despercebidos pelo cotidiano escolar. Por exemplo, o conteúdo que trata da cultura negra ou mesmo a presença de personagens com necessidades especiais nos livros didáticos não pode ser um fim em si mesmo; o fato de estarem formalizados nesses materiais didáticos não representa muita coisa, é importante que uma intencionalidade pedagógica dê conta desses conteúdos.

Há formalizações legais que já dão conta da realidade de determinados grupos historicamente excluídos, por exemplo, índios, negros e pessoas com necessidades especiais. Mas sabemos que há certa distância entre o proposto e o executado; assim é o educador no interior de sua prática pedagógica, em sala com os alunos, que será o grande responsável por trabalhar determinados conteúdos. Tratar de igualdade, liberdade e fraternidade no campo do abstrato, das palavras estará bem aquém do que deveria ser. É o educador o grande articulador de ações dentro de sala a propor experiências de fato significativas para os educandos. Experienciar as diferenças no fazer diário da escola é que forjará um nível de consciência que contemple as peculiaridades de cada um. Assim, uma educação para além dos estereótipos é uma emergência para nosso tempo em que ainda a negação de direitos se faz presente em nossas vidas.

Estratégias pedagógicas inclusivas

As estratégias pedagógicas inclusivas no contexto escolar devem estar articuladas a um projeto pedagógico que oriente as ações. No plano da sala de aula, jogos, brincadeiras, recreações, estímulos a interações podem ser ações que possibilitem uma maior interação entre as crianças – todas as crianças! O educador nesse processo é um mediador, um articulador da proposta. No entanto, é necessário melhor entender o público-alvo da educação especial para que a proposta pedagógica seja bem sucedida e contribua para o pleno desenvolvimento do educando (bio-psíquico-social).

A inserção de cadeirantes em jogos de futebol ou danças, a participação de deficientes visuais em brincadeiras de identificação de objetos ou para exercitar os sentidos podem ser ações mais concretas que contribuam para o processo contínuo

de inclusão de estudantes deficientes em práticas comuns em que todos – radicalmente todos! – participem. Assim, o processo inclusivo não se encerra em ações na sala de aula, é um movimento contínuo que exige o esclarecimento, a reflexão e a participação de todos neste fenômeno de múltiplas facetas que convoca a comunidade escolar a pensar sobre si e suas práticas.